

Deputados e senadores só votam orçamentos de 94 e 95 após eleição

por Marcos Magalhães
de Brasília

Quando retornarem a Brasília, depois das eleições, deputados e senadores passarão a apreciar dois projetos do orçamento ao mesmo tempo: o deste e o do próximo ano. O fracasso do esforço concentrado desta semana levou o presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL-PB), a prever a votação da proposta para 1994 em outubro e a de 1995 até o dia 16 de dezembro.

"Queremos garantir ao presidente eleito a possibilidade de executar o novo orçamento já a partir de janeiro", afirmou Inocêncio, antes de anunciar que só haverá ordem-do-dia na Câmara a partir de 11 de outubro. Ele lamentou a falta de aprovação do orçamento de 1994, mas procurou defender a instituição. "Este foi um ano difícil para o Congresso", lembrou Oliveira, referindo-se aos dezoito processos abertos contra parlamentares após a CPI do Orçamento.

A REVOLTA DAS BANCADAS

Foi uma revolta das ban-

cadas contra as lideranças no Congresso que evitou a aprovação, na noite de quarta-feira, do projeto de Orçamento da União para 1994. Mesmo depois de celebrado um amplo acordo para votação de proposta original do governo, 53 parlamentares de vários partidos decidiram pedir verificação ao quorum, como uma represália à exclusão de suas emendas ao projeto.

O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), só aceitou o pedido de verificação depois que 20 parlamentares — começando pelo deputado Vital do Rego (PDT-PB) — apresenta-

ram seus nomes pelo microfone, mesmo depois da apresentação de um documento com 53 assinaturas. A verificação revelou que apenas 147 deputados e senadores estavam em plenário, o que acabou levando à suspensão da sessão.

Ao encerrar a votação, o presidente do Congresso liberou os parlamentares para trabalhar em seus estados até as eleições. "Não há como promover um novo esforço concentrado antes disso", afirmou Lucena, que tem a tarde já fazia campanha para sua reeleição em Campina Grande.

Para garantir a aprovação do Orçamento de 1995

ainda neste ano, os parlamentares deverão votar rapidamente a proposta orçamentária de 1994. Isso pode se tornar possível pela dificuldade de liberação de recursos para atender a emendas de parlamentares a pouco mais de dois meses do final do ano. Na opinião de deputados de vários partidos, seria então inócuo insistir na aprovação das antigas emendas. Acredita-se, no Congresso, que os parlamentares deverão centrar seus esforços agora em modificar o Orçamento do ano que vem.

CONSUMO — O assessor especial para Preços do Ministério da Fazenda, Milton Dallari, disse ontem que o consumo está sob controle. Ele garantiu que a equipe econômica não está preocupada e afirmou que as medidas anunciadas pelo governo são de caráter preventivo, informou a agência Globo. Segundo Dallari, dados de pesquisa realizada em São Paulo, Rio e Belo Horizonte revelam que o consumo nos supermercados (bens não duráveis) está praticamente estável em relação a março, na entrada da URV.